DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:04 Página 1

Ano VII - Nº 4.067

Terça-feira, 21 de Maio de 2013

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Foto: Valdemiro Lopes



Câmara Municipal comemora o 42º aniversário da Embasa

Iniciativa foi do vereador Gilmar Santiago, funcionário de carreira da empresa há 32 anos

Livre da ameaça de privatização, segundo o vereador Gilmar Santiago (PT), a Embasa investe na modernização em busca da universalização dos serviços. Ele relembrou a participação da Câmara na luta histórica da sociedade, especialmente dos trabalhadores da empresa e sindicalistas, para revogar a lei que autorizava o governo a vender a Embasa. **Leia mais na página 3**

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:04 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Concursados da SMED expõem evidências de irregularidades

Ouvidoria da Câmara acompanha denúncias após apresentação no Ministério Público

Os aprovados no concurso da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em 2010, e que aguardam convocação, apresentaram ao Ministério Público do Estado novas evidências de que o órgão utiliza profissionais não-habilitados como professores nas unidades de ensino. Os documentos foram entregues e discutidos durante reunião na sede do MP-BA, no bairro de Nazaré, na sexta-feira (17).

Para a ouvidora-geral da Câmara, Aladilce Souza (PCdoB), que acompanha o caso desde 2012, quando os concursados acionaram a Ouvidoria para agilizar as nomeações, a situação começa a caminhar para uma solução. "Acompanhamos de perto a questão desde o começo, encaminhamos o caso ao Ministério Público logo após a audiência pública em março de 2012, e não podemos deixar que essas pessoas sejam prejudicadas. Ao atender a essas questões, ajudamos a fortalecer a cidadania", afirmou. O grupo de concursados espera que 1.187 profissionais sejam convocados.



Foto: Flavia Porto

Concursados almejam a convocação

Denúncias

Os promotores de justiça já encaminharam ofícios a 72 unidades da rede de ensino do município, das quais 27 já responderam. Em pelo menos nove, foram confirmadas as informações de que há turmas de alunos sem professor.

Durante a reunião, o grupo de concursados entregou o vídeo de uma assembleia da APLB-Sindicato, na qual uma profissional da rede de ensino municipal admite que em uma escola, no bairro da Santa Cruz, uma funcionária administrativa dá aulas aos estudantes de até quatro anos.

Também houve denúncias de que, na lista de possíveis convocados, não constam profissionais de Ciências Sociais, Filosofia, nem professores para crianças de até quatro anos. Todas essas especialidades estavam previstas no edital do concurso.

Para Arielma Santos, representante do grupo, é preciso formar parcerias com o MP, a Comissão de Educação da Câmara e a Ouvidoria. "Estamos estudando a possibilidade de entrar com uma ação contra a SMED", afirma. Na oportunidade, foi entregue ainda um abaixo assinado de pais de alunos, que se queixam da falta de professores na escola Professor Ricardo Pereira, em Cajazeiras 8.

Participaram do encontro com a promotora Rita Tourinho, o vereador Hilton Coelho (PSOL), assessores representando os vereadores Silvio Humberto (PSB), Vado Malassombrado (DEM) e Everaldo Augusto (PCdoB), todos membros da Comissão de Educação da Câmara, a coordenadora técnica da Ouvidoria Claudia Correia e quinze professores aprovados no concurso.

Toinho Carolino propõe Comissão para CPI do Futebol

Busca por irregularidades no futebol baiano chega à Câmara Municipal

O líder do PTN na Câmara Municipal de Salvador (CMS), o vereador Toinho Carolino, protocolou um requerimento na tarde de quarta-feira (15) para que seja criada uma Comissão Especial na Casa Legislativa para acompanhar a CPI do Futebol proposta na Assembleia Legislativa no início da semana. No total, 16 vereadores assinaram o requerimento que agora seguirá para votação em plenário em regime de urgência.

"Os dois maiores clubes do Estado mandam seus jogos em Salvador e, por conta disso, a maior parte dos torcedores que frequentam os estádios e acompanham os times moram aqui. Por isso, é extremamente importante que a Câmara também acompanhe de perto as investigações que serão realizadas pela CPI", defende o vereador.

A CPI do Futebol foi proposta pelo deputado estadual Uziel Bueno (PTN) para averiguar diversas suspeitas de irregularidades, como a sonegação de impostos pelos clubes baianos. O deputado reuniu 24 assinaturas e protocolou o pedido de abertura da investigação pela Assembleia Legislativa.

De acordo com o vereador Toinho Carolino, o deputado Uziel Bueno considerou bem vinda à participação dos vereadores na investigação, após ser comunicado sobre o movimento na Câmara Municipal para que uma Comissão Especial acompanhe os trabalhos da CPI.

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:04 Página 3

Comemorados na Câmara os 42 anos da Embasa

Livre da ameaça de privatização, empresa foi homenageada por Gilmar Santiago

Fotos: Valdemiro Lopes



O vereador Gilmar Santiago presidiu a sessão pelos 42 anos da Embasa

O saneamento básico é o melhor indicador social de Salvador, com 97% de cobertura no fornecimento de água potável canalizada e 80% da coleta e tratamento de esgoto doméstico. Apontando esses e outros dados que demonstram a importância da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), o vereador Gilmar Santiago (PT) promoveu sessão especial da Câmara Municipal, nesta sexta-feira (17) à noite, para comemorar os 42 anos de atuação.

Livre da ameaça de privatização, segundo Gilmar - funcionário de carreira s empresa há 32 anos -, a Embasa vem investindo na modernização em busca da universalização dos serviços. Ele relembrou a participação da Câmara na luta histórica da sociedade, especialmente dos trabalhadores da empresa e sindicalistas, para revogar a lei que autorizava o governo a vender a Embasa. Na época (2001), disse Gilmar, a perseguição política fez com que os trabalhadores que lideravam o movimento comparecessem à Câmara com os rostos cobertos, temendo represálias.

"É uma das maiores empresas de saneamento do país", ressaltou o vereador, destacando também a função social da empresa, a garra dos trabalhadores da Embasa e o processo de lutas liderado pelo Sindae.

Água para Todos

Quem também resgatou o papel decisivo do Legislativo municipal nesse processo foi o presidente da Embasa, Abelardo Oliveira Filho, quando acatou o abaixo-assinado que acompanhava o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, com mais de 100 mil adesões, em 2001, pedindo a revogação da privatização dos serviços de saneamento em Salvador. A documentação foi tão volumosa, lembrou, que precisou ser transportada em carrinho de supermercado para ser entregue aos vereadores.

"A Embasa chega aos 42 anos vivenciando a melhor fase da sua história, com o programa Água para Todos ultrapassando R$8 bilhões em investimentos de 2007 para cá e somando mais de três milhões de novos consumidores conectados à rede", frisou Abelardo. O presidente da empresa afirmou que nos seis anos de governo Wagner a empresa esteve em destaque pela prioridade dada ao saneamento básico pela administração. "Tanto, que o Água para Todos inspirou a presidente Dilma a criar um programa nacional com o mesmo nome e as mesmas diretrizes", enfatizou.

A mesa da sessão, presidida por Gilmar Santiago, contou com as presenças dos diretores da empresa Dilemar de Oliveira Matos, Belarmino Dourado e Carlos Ramirez; do deputado estadual Bira Coroa (PT), de Charles Uzêda, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; de nadilene Sales, do Sindae; e de Jussiara Lopes, da Companhia de Recursos Hídricos da Bahia.



DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:05 Página 4

Edvaldo Brito critica política de desapropriações em Salvador

Vereador defende transferência de imóveis abandonados para o Poder Municipal

Fotos: Assessoria do vereador



Edvaldo Brito contra política de desapropriações e tombamentos

O vereador Edvaldo Brito (PTB) fez críticas ao uso de dinheiro público para intervenções em imóveis abandonados do Centro Histórico de Salvador e defendeu a transmissão legal sem ônus para o Poder Municipal. Na palestra de abertura do 5º Encontro Nacional de Direito Civil e Processo Civil, realizado na quinta-feira (16), no Centro de Convenções, Brito fez uma argumentação jurídica contrária às intervenções do Estado, em especial, ao do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

De acordo com o vereador, as desapropriações, tombamentos e outras intervenções realizadas pelos órgãos públicos com dinheiro do contribuinte vão de encontro ao Estatuto da Cidade, ao Código Civil e, acima de tudo, à Constituição Federal. "No ano de 2009, Salvador tinha 224 imóveis abandonados, sendo a maioria no Centro Histórico, dos quais 111 corriam risco de desabamento. Entendam que é o Iphan, com dinheiro público, que faz contenções de proteção. O mesmo acontece com as desapropriações destes imóveis, sobre as mais variadas fundamentações, protegendo o proprietário. Nós achamos que essa interferência só pelo tombamento e pela desapropriação não tem sentido, ainda que seja em uma situação de proteção para nós, transeuntes", questionou.

Brito defende a transferência do imóvel para o Poder Municipal, uma vez constatada a situação de abandono. "Define o nosso direito que a propriedade tem que ter uma função social. Se é função social, estamos dentro desta concepção de que na Bahia e no Brasil nada mais pode ser aceito ou interpretado dentro da concepção do individualismo jurídico. Tudo, portanto, tem que ser referenciado pelo socialismo jurídico. Vamos acabar com isso, vamos raciocinar. É possível a transmissão do imóvel sem ônus ao patrimônio do Município? É. Não há a menor inconstitucionalidade no Código Civil", defendeu.



Foto: Valdemiro Lopes



Vereadora Aladilce Souza

Incentivar o combate à prostituição infantil e pedofilia

Aladilce Souza é autora do projeto que estimula à denúncia de locais que permitam a prática ilícita

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) protocolou projeto de lei que dispõe sobre a cassação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos que permitirem ou façam apologia à prostituição infantil ou à pedofilia. No sábado (18), foi comemorado o Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

De acordo com o projeto, qualquer pessoa poderá apresentar a denúncia da casa de diversão, boate, casa de show, hotel, motel, pensão, bar ou restaurantes que permita a prática ilícita. Caso a lei seja aprovada pelo Executivo, os proprietários dos estabelecimentos que tiverem o alvará cassado ficarão impedidos de atuar e constituir novas empresas no mesmo setor de atuação por três anos, a contar da data da cassação.

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:05 Página 5

Everaldo teme que população seja vítima de um engodo

"Intervenções anunciadas por ACM Neto no Uruguai são obras de fachada", afirma vereador

No mesmo horário em que eram anunciadas pelo prefeito ACM Neto um conjunto de intervenções no bairro do Uruguai, bem próximo ao local, o vereador Everaldo Augusto, líder do PCdoB na Câmara Municipal, realizava uma audiência pública, no bairro da Mangueira, no último sábado (18), para ouvir a população sobre os problemas locais. Ao tomar conhecimento das obras anunciadas pelo prefeito, Everaldo demonstrou sua insatisfação por acreditar que as intervenções anunciadas não passam de obras de fachada.

Para Everaldo, ao comparar os custos das obras da Avenida Centenário (58 milhões); da Avenida Vasco da Gama (56 milhões); e do canal do Imbuí (58 milhões), dá para se ter a dimensão do tratamento diferenciado da prefeitura com a cidade baixa. "Não há justificativa para esses baixos valores em uma região tão abandonada, vitimada por seguidas gestões municipais ruins. A Península de Itapagipe tem grande atrativo turístico, tem vocação para a indústria criativa e é uma área em potencial para a expansão da cidade", explica o vereador.

Everaldo Augusto teme que a população seja vítima de um engodo e que, mais uma vez, os bairros da Península de Itapagipe continuem abandonados pela administração municipal. "No lugar de obras de fachada a população itapagipana precisa é das obras de macrodrenagem; de coleta eficiente de lixo; investimentos em equipamentos

Fotos: Valdemiro Lopes



Everaldo Augusto

culturais; postos de saúde; atração de empreendimentos econômicos para a região, além de obras de mobilidade urbana para acabar com os eternos engarrafamentos", destaca o vereador.

Descrença

A razão da descrença do vereador Everaldo Augusto tem como base os valores que a prefeitura investirá na primeira etapa, 200 mil reais, nas obras de cobertura de 1,7 Km do canal do Bate Estaca, recuperação de equipamentos públicos, como quadras e calçadas, melhoria da iluminação pública, acessibilidade, paisagismo urbano, espaços de lazer, esporte e convivência social. "Nem com milagres estas obras serão feitas com estes valores", diz o vereador. "Tudo indica que as obras anunciadas para o Uruguai e adjacências são mais uma jogada de marketing para compensar a paralisia da gestão municipal neste início de mandato. A população da cidade baixa quer os mesmos investimentos feitos em outros bairros da chamada 'cidade alta", reivindicou.

Hilton Coelho constata descaso com saúde pública

Vereador denuncia desmonte de postos de saúde no Nordeste de Amaralina

O vereador Hilton Coelho (PSOL) recebeu denúncias de moradores da região do Nordeste de Amaralina e manifestou sua solidariedade contra o que qualifica como "desmonte dos postos de saúde da área e descaso com a saúde pública" em Salvador.

A Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, representando a população da Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Nordeste fez uma denúncia contra a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS).

Segundo o vereador, há seis meses a secretaria, sob alegação de construir uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ordenou a desativação do 15º Centro de Saúde Eduardo Araújo, no Vale das Pedrinhas, transferindo todos os profissionais de saúde para o Centro de Saúde Dr. Oswaldo de Caldas Campos, na Santa Cruz e para o 9º Centro de Saúde Sabino Silva.



Vereador Hilton Coelho

"Até hoje, o posto do Vale das Pedrinhas, que já foi referência em atendimento, está fechado e nada foi feito. Não foi construída a UPA e o posto agora abandonado, deixou de atender a cerca de 40 mil pessoas da área", afirma Hilton Coelho.

O presidente do Conselho Municipal de Saúde de Salvador, Marcos Antônio Almeida Sampaio, confirmou a denúncia. "O conselho já fez essa denúncia e a até o momento nenhuma medida foi tomada. O Centro de Saúde Sabino Silva encontra-se sobrecarregado e quem necessitar atendimento tem que se cadastrar. Para isso, muitos chegam às 3 horas da madrugada, pois só são liberadas 30 fichas. As consultas estão sendo agendadas para cerca de 30 dias depois", alerta.

"Como se isso não bastasse o atual secretário municipal de Saúde, José Antônio Rodrigues Alves, nada faz para atender as necessidades populares e recuperar o atendimento reivindicado há anos pela comunidade. Apesar de receber recursos do governo federal para a reforma e manutenção das unidades de saúde, pouco ou quase nada foi realizado nos postos do bairro", denuncia Hilton Coelho.

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:05 Página 6

Reunião discute transparência nas contas para a Copa

Ouvidoria recebe relatório do Instituto Ethos com base na Lei de Acesso à Informação

Em encontro promovido pela Ouvidoria da Câmara Municipal, na manhã de segunda-feira (20), foram apresentados dados do Instituto Ethos sobre as ações voltadas para aumentar a transparência no Executivo e no Legislativo de Salvador, para a Copa do Mundo de 2014. A reunião aconteceu na sala das Comissões, no Paço Municipal, e teve a participação da Ouvidoria Geral do Estado.

Foto: Antonio Queirós



Ouvidoria recebe relatório do Instituto Ethos

Essa é a primeira vez que o Ethos é recebido em uma Casa Legislativa do país para debater a proposta chamada de "Jogos limpos dentro e fora dos estádios". O objetivo deste projeto é identificar os atores locais engajados na organização da Copa, e na discussão dos mecanismos para tornar a sociedade apta a fiscalizar as ações desenvolvidas pelas Câmaras e Prefeituras para preparar as cidades-sede para os jogos de 2014.

A representante de políticas públicas do Instituto Ethos, Christiane Sampaio, revelou que Salvador é uma das 10 cidades-sede da competição que apresenta o mais baixo índice de transparência. Numa escala de 0 a 100, a capital baiana teve nota 14,46.

O levantamento foi feito com base em parâmetros estabelecidos pela Lei Federal 12.527/2011, também conhecida como "Lei de Acesso a Informação (LAI)". Eles foram organizados em um questionário com 100 perguntas feitas aos executivos municipais, para responder se há desvios nos gastos públicos. Os dados serão apresentados no 1ª Encontro de Ouvidorias das Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, nos dias 27 e 28 de Maio, no Centro de Convenções. A representante do Ethos informou ainda que já foi assinado o "Pacto pela Transparência Municipal" onde o prefeito assumiu o compromisso de regulamentar a LAI.

A Ouvidora Geral da Câmara Municipal, vereadora Aladilce Souza (PCdoB) destacou a importância da iniciativa do instituto, em levantar os dados sobre a aplicação da Lei, a pouco mais de um ano da competição internacional.

Ethos e LAI

O Instituto Ethos é uma organização não-governamental que atua promovendo ações e levantamentos no campo da responsabilidade social, a fim de fortalecer as políticas públicas a nível nacional.

A Lei de Acesso a Informação, em vigor desde maio de 2012 regula o acesso à informação na administração pública, em todos os níveis governamentais – federal, estadual, municipal e distrital. O objetivo é levar ao conhecimento da população os dados para que a sociedade possa fiscalizar a gestão pública. A Câmara Municipal de Salvador tem uma comissão interna voltada para a implementação dessa Lei, criada através de portaria da Presidência em 2012, cujos representantes nesse encontro foram a presidente Cláudia Correia (Ouvidoria) além de Ana Cristina Farias (Ascom) e Tadeu Leone (Informática).

CÂMARA MUNICIPAL

40ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 22 DE MAIO DE 2013 - 14:30 HORAS.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

37ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO (AUSENTE LICENCIADO), DAVID RIOS, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL (AUSENTE LICENCIADO), HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO (AUSENTE LICENCIADO), JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA (AUSENTE LICENCIADO), ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA (AUSENTE LICENCIADO), TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício nº 80/13 da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (resposta à Indicação nº 4.285/13), Ofício nº 229/13 da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e resposta da Superintendência de Varejo e Governo da Bahia do Banco do Brasil à Indicação nº 4.269/13); Projetos de Lei nºs 379 a 382/13 do vereador Geraldo Júnior, 383 a 387/13 da vereadora Aladilce Souza e 388/13 do vereador Tiago Correia; Projeto de Lei Complementar nº 01/13 do vereador Léo Prates, Requerimento nº 196/13 do vereador Toinho Carolino e Moção nº 40/13 do vereador Joceval Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Hilton Coelho questionou o não-envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Senhor presidente informou que o prazo vence hoje, e o vereador Hilton Coelho considerou um desrespeito o envio da LDO a esse tempo. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que o prazo vence hoje e pediu que se deixasse o prefeito trabalhar. Foi votada e aprovada solicitação de licença da vereadora Eron Vasconcelos e promulgada a Resolução nº 2.292/13. **Em registro**, o vereador Léo Prates parabenizou o vereador Arnando Lessa pela articulação de reunião entre Governo do Estado e Prefeitura a fim de verificar a situação da orla de Salvador. E denunciou orquestramento nas galerias, pedindo respeito, em nome da democracia, a opiniões diferentes. O Senhor presidente disse que a Casa recebe bem a todos, mas ressaltou que não seria permitido desrespeito a nenhum vereador. O vereador Léo Prates afirmou que a Prefeitura não se curvaria a briga sindical e observou que, em apenas quatro meses de gestão, os servidores municipais já deflagraram greve. Em seguida, o vereador Marcell Moraes ressaltou a necessidade de reflexão sobre a Copa, lembrando que a Arena Fonte Nova deveria revitalizar duas fontes, o que não foi feito. Parabenizou a Associação dos Servidores da Câmara – Ascam pelo jornal e pelas conquistas, dentre as quais, a de 8% de reajuste salarial. Por outro lado, comentou sobre fechamento de posto de combustíveis na Cidade Baixa como punição pelo funcionamento sem licença ambiental, parabenizando a Prefeitura pela ação e, na oportunidade, sinalizando a ne-

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:05 Página 7

cessidade da punição para outros postos. Também parabenizou o vereador Kiki Bispo pelo Projeto – do qual é coautor – que pune os postos sem licença ambiental. O vereador Orlando Palhinha parabenizou os assistentes sociais pelo dia de hoje, registrou audiência pública, promovida pela Comissão de Educação, sobre a inclusão do assistente social nas escolas públicas municipais e convidou para a Sessão Especial em homenagem ao Dia do Assistente Social, que será realizada amanhã, às 9h. Na Tribuna, a vereadora Aladilce Souza parabenizou a Ascam pela atuação em defesa dos servidores da Casa e pelo jornal da entidade. Solidarizou-se à luta dos servidores por direitos como plano de saúde, e criticou a Prefeitura por não oferecer reajuste aos servidores. Considerou que o governo está testando a paciência dos trabalhadores e criticou a formação de Mesa de negociação sem representantes legítimos dos servidores, bem como a mobilização da Guarda Municipal para coibir os manifestantes. Concluiu parabenizando a Comissão de Educação pela audiência pública sobre a necessidade de assistentes sociais nas escolas. O vereador Hilton Coelho solidarizou-se com os servidores municipais em protesto contra a não-apresentação de proposta de reajuste salarial. Informou assembleia da categoria na próxima sexta-feira, na qual garantiu sua presença. Criticou o salário de R$ 580 pago aos agentes de endemias. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que chegará no último dia do prazo, considerou que não deve ser discutida no afogadilho. Comentou a medida do Ministério Público para que o programa "Alfa e Beto" seja retirado das escolas, após rejeição embasada pela avaliação de universidades baianas, e constatada sua incongruência com o Pacto Nacional pela Educação. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente encerrou a Sessão, antes marcando outra Ordinária para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Aladilce Souza e Toinho Carolino.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 1385/2013 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Resolução nº **2.026/2010** de 22 de novembro de 2010, **RESOLVE**:

Alterar a pontuação do Assessor Parlamentar Classe **CC10** na forma abaixo relacionada:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
EVERALDO JORGE CORREIA DOS SANTOS	14.242	G 06	G 05	01/05/13
GILSONEY DE OLIVEIRA	14.243	G 15	G 14	01/05/13
PETER SANTANA DO NASCIMENTO	14.246	G 07	G 06	01/05/13

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

ATO N.º 1386/2013 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 811/96, **RESOLVE**:

Tornar sem efeito a promoção do cargo efetivo de Assistente Legislativo Municipal para o Nível "III", da Classe "C" da Tabela "3", da servidora EUCLEDES FERREIRA SANTOS, cadastro nº 3212, a partir de 1º de abril de 2013, em virtude da Portaria da Presidência nº 04/2013 publicado no D.O.L de 11, 12, 13 e 14/01/2013, constante no Ato nº 1.202/2013 publicado no D.O.L de 02/04/2013.

Salvador, 20 de maio de 2013.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
ALAN CASTRO	13/05/13	Art.18, inciso II, Res.910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA

RETIFICAÇÕES:

No **Ato nº 1328/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
JOÃO JOSÉ GONZAGA	8.578	G 16	G 18	01/05/13

Leia-se:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
JOÃO JOSÉ GONZAGA	8.576	G 16	G 18	01/05/13

Onde se lê:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
ANTONIA RAIMUNDA GOMES ANDRADE	14.579	G 22	G 23	01/05/13

Leia-se:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
ANTONIA RAIMUNDA GOMES ANDRADE	13.630	G 22	G 23	01/05/13

Onde se lê:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
CINTIA SANTANA DOS SANTOS	13.710	G 03	G 04	01/05/13

Leia-se:

NOME	CADASTRO	DE	PARA	A PARTIR
CINTIA SANTANA DOS SANTOS	13.740	G 03	G 04	01/05/13

No **Ato nº. 1336/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...13.732..."**

Leia-se: "...14.732..."

No **Ato nº. 1343/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...MARCONO JOSÉ SALES..."**

Leia-se: "...MARCONI JOSÉ SALES..."

No **Ato nº. 1347/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...14.246..."**

Leia-se: "...14.346..."

Gabinete da Diretoria, 20 de maio de 2013

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

RETIFICAÇÕES:

No **Ato nº. 1357/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...1º de maio de 2013..."**

Leia-se: "...1º de abril de 2013..."

No **Ato nº. 1357/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...14.753..."**

Leia-se: "...1210..."

No **Ato nº. 1371/2013**, publicado no D.O.L. de 17/05/2013

Onde se lê: **"...13.389..."**

Leia-se: "...13.389..."

Gabinete da Diretoria, 20 de maio de 2013

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

DOLM 21.05.13:Camara_Template 20/5/2013 18:05 Página 8

Heber Santana faz debate com guardadores de carro

Melhorias para a categoria e atuação irregular dos flanelinhas marcaram o encontro

Amparados na Lei Federal nº 6.242, do ano de 1975, os guardadores autônomos de veículos automotores participaram de debate com o vereador Heber Santana (PSC), na manhã desta segunda-feira (20), no Centro de Cultura da Câmara. A atuação irregular dos flanelinhas nas ruas de Salvador, a melhoria dos serviços prestados pelos guardadores e uma visão geral sobre os projetos de lei que tramitam no âmbito municipal e que dizem respeito à categoria marcaram o encontro. Considerações do debate serão encaminhadas à Transalvador.

"Nosso debate não é conclusivo. É o primeiro passo para melhorar a qualidade de vida dos guardadores de veículos automotores, profissionais regulamentados por lei federal e que são diferenciados dos flanelinhas, que atuam sem compromisso legal", assinalou o vereador Heber Santana.

Ao apontar diferenças legais entre guardador e flanelinha, o vereador Heber Santana pediu uma maior valorização do guardador de carro, vendo-o, inclusive, como "ajudante direto da ordem pública". Para o vereador, o aspecto social não pode ser desvinculado do debate, uma vez que "várias famílias tiram o sustento tomando conta de carros estacionados".

Foto: Antonio Queirós



Mesa do debate com Heber Santana, Melquisedeque Matos e Fortunato Magalhães

Legalidade

Para Melquisedeque Matos de Souza, presidente do Sindicato dos Guardadores e Lavadores de Veículos Automotores do Estado da Bahia, é preciso distinguir o guardador do flanelinha. "O guardador é um profissional registrado na Delegacia Regional do Trabalho e normalmente é sindicalizado. Atua dentro da legalidade ao cobrar R$ 3, por duas horas de estacionamento; R$ 6, por seis horas; e R$ 9, por doze horas. O flanelinha atua de forma irregular e chega a prejudicar o guardador", destacou.

Conforme Melquisedeque, o guardador usa crachá, colete e fardamento e, por conta de sua responsabilidade, "ajuda na ordenação do trânsito". O flanelinha não tem identificação e nenhuma responsabilidade. "Este debate traz revigoração ao trabalho dos guardadores de carros da cidade de Salvador", frisou.

Para Lúcia Maria, guardadora de carros há 23 anos, estes trabalhadores necessitam de atenção especial do poder público. "Muitos de nós sustentamos a família com a renda que conquistamos. Precisamos de direcionamento e acompanhamento para um melhor atendimento e prestação de serviço na cidade de Salvador".

Representando a Transalvador, Fortunato José Magalhães, entende que existe uma parceria entre o órgão municipal e a categoria. "Nossa intenção é melhorar o serviço do guardador de carro. Encaminharemos as considerações deste debate para análise", destacou.

No âmbito do Poder Legislativo Municipal, duas matérias tratam do assunto em debate. A primeira, o Projeto de Lei nº 38/12, de autoria do presidente da Câmara, vereador Paulo Câmara (PSDB), que prevê penalidades e legalização da atividade de flanelinha. A segunda, o Projeto de Lei nº 327/13, do vereador Toinho Carolino (PTN), disciplinando a atividade de guardadores de veículos em Salvador.

Combate à violência contra professores da rede municipal

Leo Prates pretende minimizar agressões verbais e físicas dentro das escolas

Para minimizar ações de vandalismo, agressões verbais e físicas contra professores da rede municipal de ensino, o vereador Leo Prates, vice-líder da bancada do governo e líder do DEM na Câmara Municipal de Salvador, apresentou o Projeto de Lei nº 352/2013, que busca instituir uma Política de Combate à Violência Contra os Educadores do Município.

A proposta prevê ações que ajudarão a reduzir os casos de violência nas escolas municipais. De acordo com o projeto de lei, após a análise da gravidade das agressões ou intimidações no ambiente escolar, o educador poderá ser afastado ou transferido de escola sem prejuízo nos vencimentos.

"As diversas formas de violência invadiram o espaço da escola, principalmente a rede pública de ensino. Estas ações intimidam os educadores. Na raiz do problema está a expansão da violência doméstica e das gangues no meio estudantil, especialmente por motivos relacionados ao uso e tráfico de drogas", explica o democrata, que ressalta a importância da educação para o desenvolvimento social.

Atividades que estimulem a reflexão na escola e na comunidade sobre a violência contra os professores e o desenvolvimento de atividades extracurriculares também estão previstas no projeto apresentado. As ações ainda poderão contar com o apoio de instituições públicas e privadas que se dedicam ao combate à violência.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Leo Prates